



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 58/XI/2.<sup>a</sup> SL

Aos 25 dias do mês de Novembro de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00 - Audiência com a APF - Associação para o Planeamento da Família para entrega de postais e apresentação do trabalho em curso, "Indignação - contribua com a sua";

15:30 - Audiência com a Associação de Termas de Portugal sobre "Alterações nas Comparticipações dos Tratamentos Termais em Sede de ADSE - Tomada de Posição";

16:00

1. Informações;
2. Apreciação e aprovação da Acta nº. 57, relativa ao dia 17 de Novembro;
3. Discussão e votação do Parecer do PJI nº. 387/XI/1<sup>a</sup>., do CDS/PP, sobre a "*Quarta alteração ao Decreto-Lei nº. 173/2003, de 1 de Agosto, consagra a isenção de taxas moderadoras para os voluntários*" - Relatora: Deputada Luísa Salgueiro;
4. Requerimento do BE solicitando a Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e do Conselho de Administração do Hospital de Cascais, para apurar as razões e as responsabilidades da sobrelotação do novo Hospital de Cascais e esclarecer diversas situações de organização e funcionamento do Hospital, que têm merecido a crítica e contestação dos profissionais e utentes do Hospital;
5. Outros Assuntos.

*Audiência com a APF - Associação para o Planeamento da Família para entrega de postais e apresentação do trabalho em curso, "Indignação - contribua com a sua"*

*(Audiência integralmente gravada)*

O Presidente iniciou a reunião dando a palavra à Dr.<sup>a</sup> Alice Frade, em nome da Associação para o Planeamento da Família, que se encontrava acompanhada pela Dr.<sup>a</sup> Mónica Ferro, em representação da Associação das Nações Unidas em Portugal e pela Dr.<sup>a</sup> Rute Borrego, em representação do Conselho Nacional da Juventude.

A Dr.<sup>a</sup> Alice Frade explicou o motivo da audiência, que tem em vista dar a conhecer o projecto "*Roteiro 3456-Igualdade, Saúde, Cidadania e Desenvolvimento*" e que está inserido no âmbito

da "Educação para o desenvolvimento e advocacy" na concretização dos "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio" que estão em risco de serem alcançados até 2015. Apresentou dados que analisam as dificuldades sentidas em atingir as metas propostas no que toca ao acesso universal à saúde reprodutiva, na detenção da incidência da malária e de outras doenças, da redução em dois terços a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos e de eliminar as desigualdades de género em todos os níveis de ensino, que foram complementados pelas Dr<sup>as</sup>. Mónica Ferro e Rute Borrego. Falou das iniciativas desenvolvidas no país, designadamente a distribuição de um conjunto de quatro postais, que pretendem chamar a atenção para a necessidade da tomada de consciência de cada um, com vista à concretização dos programas do Roteiro 3456.

Foram distribuídos aos Deputados da Comissão um conjunto de postais, que estão endereçados ao Presidente da Assembleia da República e que também pretendem fazer chegar a cada um dos Deputados com assento no Plenário.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados Clara Carneiro, Maria Antónia Almeida Santos, Serpa Oliva, João Semedo, Paula Santos, Ricardo Gonçalves e Maria José Nogueira Pinto, que pediram esclarecimentos sobre a concretização no terreno dos objectivos do Desenvolvimento do Milénio e perguntaram se não seria de fazer um pacto de regime para levar a cabo o objectivo do milénio.

As questões foram respondidas pelas representantes da Associação para o Planeamento da Família, da Associação das Nações Unidas - Portugal e do Conselho Nacional da Juventude, que reconheceram que um pacto de regime seria útil para cumprir ao nível internacional, o que Portugal se comprometeu a fazer, e frisaram que as maiores dificuldades sentidas ocorrem na ligação com as estruturas locais dos países onde estão a actuar.

#### *Audiência com a Associação de Termas de Portugal sobre "Alterações nas Participações dos Tratamentos Termais em Sede de ADSE - Tomada de Posição"*

*(Audiência integralmente gravada)*

Estiveram presentes nesta audiência, que teve por objectivo sensibilizar para que se mantenham os tratamentos termais na lista de reembolsos pagos pela ADSE, garantindo dessa forma a sustentabilidade do sector, a Dr.<sup>a</sup> Teresa Vieira, Presidente da Associação das Termas de Portugal, que se encontrava acompanhada pela Dr.<sup>a</sup> Ana Ladeiras, Vice-Presidente da Associação, e pelo Dr. João Barbosa, Secretário-Geral da Associação.

A Dr.<sup>a</sup> Teresa Vieira ofereceu um livro para a Biblioteca da AR intitulado "O Desafio das Termas – História da arquitectura termal portuguesa". Abordou a temática das termas, enquanto forma de tratamento terapêutico, sendo que a elas ocorre normalmente uma população mais idosa e muitas vezes sem condições financeiras para as frequentar, pelo que a respectiva participação da ADSE é determinante para o tratamento. Reconhece que os tempos não são

fáceis, mas os sacrifícios que têm de ser feitos devem ser repartidos por todos equitativamente e não só por alguns.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados Clara Carneiro, Maria Antónia Almeida Santos, Ricardo Gonçalves, João Semedo, Serpa Oliva, João Ramos e Rui Prudêncio, que pediram esclarecimentos sobre o modo de resolver a questão apresentada, os quais foram prestados pela Dr.<sup>a</sup> Teresa Vieira.

O Presidente apresentou a calendarização das próximas reuniões da Comissão, que se vão efectuar nos dias nos dias 7, 15 e 21 de Dezembro e 5 de Janeiro, incluindo audições e audiências.

A Acta nº. 57, relativa ao dia 17 de Novembro, foi discutida e votada por unanimidade, após precisar pequenos detalhes.

A Deputada Luísa Salgueiro, Relatora do PJI nº 387/XI/1<sup>a</sup> - (CDS-PP), sobre a "*Quarta alteração ao Decreto-Lei nº. 173/2003, de 1 de Agosto, consagra a isenção de taxas moderadoras para os voluntários*", apresentou o Parecer, começando por recordar que uma iniciativa semelhante foi apresentada na anterior legislatura. Deu conta do objecto e motivação, do enquadramento constitucional, legal e antecedentes, do direito comparado em Espanha, em França e no Reino Unido, concluindo que o Projecto de Lei reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutido e votado em Plenário, reservando os GP as suas posições para discussão Plenária, assim como também reserva a sua posição para o debate posterior.

O Presidente sublinhou que devia constituir uma prática a seguir, aquando da realização de um Parecer, a indicação do impacto financeiro associado a determinada iniciativa legislativa sempre que ela acarrete aumento de despesa, devendo esse facto, sempre que possível, ser referido, mas sem pôr em causa a iniciativa legislativa dos grupos parlamentares.

A Deputada Clara Carneiro cumprimentou a Relatora e corroborou a proposta do Presidente, reservando a sua posição para a discussão em Plenário.

A Deputada Luísa Salgueiro concordou que a questão da lei travão fique salvaguardada nas conclusões, pelo que vai proceder a essa alteração.

O Deputado Ricardo Gonçalves assinalou que tem de haver justiça e como tal, quem trabalha voluntariamente para a saúde, devia estar isento de taxas moderadoras e o Deputado João Serpa Oliva esclareceu que voluntários são aqueles que prestam serviço de utilidade pública ao Estado, justificando-se, assim, a sua proposta de isenção.

O Presidente colocou à votação os considerandos e as conclusões do Parecer do PJI nº. 387/XI/1<sup>a</sup>, que foram aprovados por unanimidade.

Em seguida, o Deputado João Semedo apresentou o requerimento que solicita as audições do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e do Conselho de Administração do Hospital de Cascais, para apurar as razões e as responsabilidades da sobrelotação do novo Hospital de Cascais e esclarecer diversas situações de organização e funcionamento do Hospital, que têm merecido a crítica e contestação dos profissionais e utentes do Hospital. Não entende que um hospital que ainda não tem um ano de funcionamento já esteja sobrelotado, pelo que pretende ouvir as explicações do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que tem sido o governante que tem assumido as questões das parcerias público privadas. Propôs que a audição do Secretário de Estado ocorra apenas depois do envio dos elementos que vai pedir ao Ministério da Saúde, por requerimento feito através do Plenário.

A Deputada Clara Carneiro disse nada ter a opor e a Deputada Maria Antónia Almeida Santos disse também nada ter a opor, mas considerou que a situação invocada, pelos dados conhecidos, se deveu a situações pontuais. Disse não compreender porque é convocado o Secretário de Estado, visto que é a Ministra da Saúde quem tutela esta matéria.

O Deputado João Semedo disse estar disponível para mudar o requerimento e pedir a audição da Ministra, não o tendo feito porque foi o Secretário de Estado que falou do assunto.

A Deputada Clara Carneiro assinalou que a situação de Cascais não é pontual porque o Presidente do Conselho de Administração do Hospital disse que o problema da capacidade só se resolve com a construção de mais um piso. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos esclareceu que não será necessário alterar o pedido, porque a Ministra é que decide quem virá à Comissão.

Depois de colocado à votação o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Em outros assuntos, o Deputado João Semedo recordou alguns dos assuntos pendentes em Comissão: o Parecer sobre o Relatório do Ministério da Saúde referente aos tempos de espera em cirurgia e consultas, cuja relatora é a Deputada Teresa Fernandes que, de imediato, informou ir apresentá-lo na próxima reunião, e sobre a calendarização das audições relativas ao consentimento informado e ao testamento vital.

O Presidente indicou que no início de Janeiro apresentará a calendarização das audições no âmbito da discussão na especialidade das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 Novembro 2010.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Carla Barros  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria das Mercês Borges  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Caeiro  
Teresa Fernandes  
João Serpa Oliva  
Nuno Reis  
Paula Santos  
Pedro Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares  
Fernando Jesus